

Paraguai: uma democracia em apuros.

Avanço de investigação em curso.

GT13-Reforma do estado, governabilidade e democracia

José Aparecido Rolon

Resumo

A transição política paraguaia para a democracia iniciou-se em 1989 através de um golpe militar. Porém a partir daí apresentou certa vitalidade, ao longo da década de 1990 com inúmeros percalços e verdade, entretanto nesse período o país elabora uma nova Constituição, participa da constituição do Mercosul integrando-se à ele e mantendo-se na observância dos preceitos democráticos. Em 2008, saudou-se a eleição de Fernando Lugo. Todavia em 2012 teve um grave revés com a destituição do presidente através do impeachment. Este trabalho pretende discutir e caracterizar esse processo, debatendo os interesses envolvidos como os de natureza política, econômicos e nacionais, incluindo aqueles da política externa norte-americana. Assim avaliar as consequências desse desfecho e as perspectivas para a democracia do país, bem como a sua relação com o Mercosul.

Palavras chave: Paraguai, democracia, instabilidade política

Introdução

Em 2008 Fernando Lugo foi pelas vias democráticas eleito presidente da República do Paraguai. O que naquele momento representava um alento e avanço na perspectiva da democratização do país. De certo modo tratava-se de um processo tardio se comparado com o dos demais países limítrofes, como a Argentina, o Brasil, a Bolívia e Uruguai¹. O período de transição política iniciado em fins da década de 1980 se consolidava com a assunção ao governo de alguém de fora das hostes tradicionais de poder. Na verdade além de não pertencer ao tradicionalismo representava os setores costumeiramente excluídos de qualquer forma de participação política.

A *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC), na verdade uma coalizão tinha como característica a sua extrema heterogeneidade. Uma coalização que reunia os mais diversos setores que não necessariamente comungavam dos mesmos interesses e propostas. Uma fragilidade como se confirmaria com a destituição do presidente, uma força na medida em que possibilitou a eleição do presidente deposto. Com a deposição do presidente Fernando Lugo há uma grande decepção em razão do inesperado, tanto internamente quanto no seu entorno. E como consequência mais imediata houve a suspensão temporária do país na integração regional – Mercosul – e na Unasul, o primeiro de grande significado e importância econômica e política para o Paraguai e o segundo certamente de significação mais simbólica.

Para além das lamentações esse evento particular num país como o Paraguai nos colocam inúmeras questões para a reflexão. Um farto material tanto no âmbito da Ciência Política quanto da área das Relações Internacionais, sem contar é claro com aspectos estritamente jurídicos. Todavia o que se pretende nesse artigo é a caracterização desse processo, debatendo os interesses envolvidos como os de natureza política, econômicos e nacionais. Assim para iniciar esse trabalho será necessária a caracterização da mencionada coalização (APC) na qual pode-se apontar o surgimento de uma força que lhe fará uma ferrenha oposição ao longo de seu governo e seu desempenho diante do que fora proposto. A seguir apresentar as forças internas

¹ Essa onda democrática ocorre na Bolívia em 1982, na Argentina em 1983, no Brasil e no Uruguai dá-se em 1985.

que se insurgem e sua articulação com os interesses das empresas multinacionais e mesmo com os interesses dos EUA na região. Como terceiro ponto as consequências do impeachment e o retorno do Partido Colorado ao poder para a democracia paraguaia. Finalmente as considerações finais avaliando as suas perspectivas futuras.

1. A Aliança Patriótica para a Mudança (APC)

É interesse de todos os países da região um Paraguai democrático, sobretudo do ponto de vista dos negócios. Nesse sentido a transição política paraguaia teve um papel muito importante em vinte anos de governos civis. O que se iniciou como um golpe palaciano (com Gal. Andrés Rodríguez), como fruto das próprias contradições e esgotamento do regime e, posteriormente, bastante claudicante e sem grandes mudanças ou transformações com o *modus operandi* anterior, vai de certa forma surpreender com a eleição de alguém “de fora do establishment”, isto é, da elite tradicional ou mesmo das forças de poder.

Em breve reconstituição podemos notar o fio tênue entre a estabilidade e a instabilidade política rondando sua experiência democrática ao longo desses 23 anos. Temos que em 1996 há uma tentativa de golpe perpetrada pelo Gal. Lino Oviedo. Aqui foi marcante a atuação do Mercosul já recorrendo a Cláusula democrática prevista na integração.

Em 1998 ocorre a libertação de Lino Oviedo² por Raul Cubas e o assassinato do vice-presidente Argaña, gerando uma onda e protestos por todo o país, obrigando a renúncia do presidente. Em 2000 ensaiou-se uma nova tentativa de golpe por oficiais ligados a Oviedo durante o governo de Luiz Gonzales Macchi. Segundo André Luiz Coelho (2012, p. 14) esse governo foi caracterizado por inúmeras acusações de corrupção, malversação de dinheiro público e até mesmo o uso de um carro roubado no Brasil o que redundará em 2002 numa primeira tentativa de abertura de **um processo de juízo político** (previsto na Constituição no seu artigo 225) que será repetido ao longo do governo Lugo.

No entanto naquele caso não se obtém a maioria necessária nas duas casas legislativas para a efetivação do processo³. Em 2003 haverá a eleição de Nicanor Duarte consolidando a permanência e hegemonia do Partido Colorado no poder a ser quebrada com a eleição de Fernando Lugo em 2008.

Essa breve reconstituição nos dá uma ideia do terreno arenoso e acidentado da política paraguaia nessas duas décadas de vida democrática.

O novo governo que assumiu em agosto de 2008 foi constituído a partir da proposta de um conjunto de partidos políticos e movimentos sociais que criaram a *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC)⁴. Esta pode ser entendida como uma frente ampla, bastante heterogênea, que vai da esquerda à direita passando pelo centro. Entre outros desafios, ela terá que governar com forças tão díspares e antagônicas entre si, mais a problemática da relação governo/Estado⁵, a economia e a grande dívida social a ser saudada.

O espectro político que compôs a frente contou com cerca de 19 forças políticas, entre partidos e movimentos sociais que incluem: grupo de mulheres, de jovens, liberais, os que lutam pelo socialismo, os conservadores, etc. Contudo, o principal grupo – mais à esquerda – formado para dar sustentação à

² Naquele momento Lino Oviedo fora condenado por um tribunal militar a dez anos de prisão pela tentativa de golpe em 1996. Nesse episódio o então presidente Raul Cubas ignora uma decisão da Suprema Corte no sentido da manutenção de sua prisão.

³ O mesmo autor nos informa que esse pedido de iniciar o processo de juízo político foi aceito quatro meses antes das eleições presidenciais, que ocorreriam em abril de 2003 sob as acusações acima mencionadas. E nesse caso o presidente Luiz Gonzales Macchi teve duas semanas para a sua defesa (2012, p. 15).

⁴ Conforme André Luiz Coelho a APC forma-se em 2007 por oito partidos políticos: Partido Liberal Radical Autentico, Partido Solidário, Partido Encontro Nacional, Partido Revolucionário Febrerista, Partido Democrata Cristão, Partido do Movimento ao Socialismo, Partido Frente Ampla e Partido Democrata Progressista. E a seguir incorporando-se o Bloco Social e Popular, do qual faz parte o Partido Popular Tekojoja.

⁵ Trata-se de uma relação difícil caracterizada pela perspectiva patrimonialista na qual verifica-se um inchaço do Estado herdado dos tempos da ditadura de Alfredo Stroessner.

candidatura foi o Tekojoja (em guarani: união e igualdade), composto por grupos de sem-terra, operários, estudantes, entre outros, definido como socialista.

As questões que se colocavam naquele momento, portanto iam da problemática da distribuição de terras, os ilícitos nas regiões fronteiriças, a questão de Itaipu – especialmente como o Brasil – além e talvez em decorrência as de natureza mais social propriamente ditas. Tratava-se de um país às voltas com graves problemas sociais já em pleno processo de transição democrática, mas que se mantinha ainda preso à uma estrutura política e econômica do período da ditadura de Alfredo Stroessner e para completar recém saído da governança do Partido Colorado.

Contudo, não se pode esquecer das críticas à administração Lugo – propriamente dita – no que se refere ao trato com os movimentos sociais, aqueles que estão na luta pela terra etc. a começar pela própria natureza heterogênicada coalizão que lhe deu sustentação. Essa característica além de implicar nas dificuldades mais óbvias, no entender de alguns analistas tais como Osvaldo Coggiola, o fez assumir posturas na verdade não tão progressistas como se esperava. E tentando equilibrar-se entre as posições necessariamente contraditórias. Assim Coggiola descreve essa postura na qual:

(Lugo) teria dito “estar no centro” de uma articulação entre a direita e a esquerda anti-stroenistas (o PLRA fora sempre oposição a Stroessner). O ex bispo católico prometeu que “governaria para todos”: para empresários e trabalhadores, para latifundiários e camponeses sem-terra, para ricos e pobres. A grande burguesia paraguaia e os EUA encamparam a saída do *Palácio de los López* do desgastado poder “colorado”. No governo, Lugo não avançou em relação à reforma agrária: garantiu, cooptando as direções do movimento camponês ou reprimindo-as o grande latifúndio dos produtores de soja nacionais, dos “brasiguaios” e das empresas multinacionais que dominam o agronegócio. E esse na verdade é o ponto. No entender de muitos críticos tratou-se de um governo que fez o jogo e atendeu ou procurou atender mais aos interesses das elites que o das classes subalternas⁶.

E por outro lado, conforme André Luiz Coelho (2012, p. 15) essa coalizão “nunca conseguiu ser majoritária no Congresso paraguaio” o que gerou uma série de dificuldades para o governo no sentido de implementar suas propostas e promessas de campanha. O que acentua as contradições de um projeto da “paz social” apregoadado pelos setores mais conservados sobretudo ligado ao agronegócio.

2. A oposição a partir da coalizã

A eleição de Fernando Lugo, portanto, contraditoriamente pode ser vista como portadora de um grande significado para a história política recente do país na medida em que aparentemente fugia ao esquema tradicional, trazia a perspectiva de novas forças e o atendimento das demandas reprimidas, criando naturalmente muitas expectativas, o que implicava maiores desafios. Internamente teve que lidar com as forças tradicionais ainda muito presentes - a começar pela própria coalizão que permitiu sua eleição ser extremamente heterogênea – que efetivamente impediram os avanços pretendidos.

Fernando Lugotinha à sua frente uma plêiade de problemas que abarcavam diversas naturezas e grandezas. Entre outros existiram diversas contendas com o próprio vice-presidente, Federico Franco um liberal que, em muitos temas de suma importância, como a questão da reforma agrária, lhe era oposição e liderava uma bancada poderosa no Congresso, que evidentemente impediu certos avanços e cumprimento das promessas de campanha.

⁶ Também segundo Osvaldo Coggiola (2012, p. 2) ao longo de seu governo os organismos de direitos humanos denunciaram a morte de 20 dirigentes ou ativistas camponeses, a abertura de processos judiciais contra centenas de lutadores sociais e a declaração de ilegalidade de várias greves urbanas, fortalecimento dos aparatos das Forças Armadas e a incorporação de assessores norte-americanos e colombianos aos aparelhos de repressão.

Um dos aspectos que muitos analistas apontam como expressão das contradições no interior da coalizão é o caso dos interesses da multinacional canadense Rio Tinto Alcán (RTA). Esta empresa desejava a instalação de uma planta de processamento de alumínio, esse projeto envolve e implica numa demanda de grande quantidade de energia elétrica. Estava em jogo a proposta da empresa que pleiteava o subsídio dessa energia por parte do Estado paraguaio no que Fernando Lugo se opunha, já que considerava lesivo aos interesses nacionais. Todavia o vice-presidente Federico Franco, assim como o ministro da indústria e comércio, Francisco Rivas eram favoráveis.

Essa questão em parte demonstra o grau de divergências e desencontros no interior da própria coalizão. Com isso criou-se um clima de insatisfação, além do desgaste para o governo Lugo. E talvez por essa razão e de acordo com Osvaldo Coggiola:

“a dois dias do golpe parlamentar foram tomadas três decisões que jogam luz sobre a trama: a aceitação do ministro Rivas das condições da RTA; a legalização das sementes transgênicas de algodão e de milho da Monsanto por parte do ministro Enzo Cardozo; e o compromisso de não taxar a produção de soja. [e ainda] Parte das reuniões de conspiração realizadas por Federico Franco foi com membros da embaixada dos Estados Unidos em sua própria sede. Com a ditadura de Franco, os EUA obtiveram um importante bastão no meio do continente, com uma posição geográfica privilegiada (2012, p. 3).

Nessas questões acima referidas aparecem os atores ou agentes clássicos nodebate a respeito das intervenções que ocorrem e ocorreram na América Latina e que foi objeto de muita discussão em décadas passadas e seguramente ainda insepultos. Mas que no entanto atualmente alguns analistas à luz de novas leituras a partir de teorias – como o realismo político, por exemplo – e em contraposição a uma leitura mais crítica de cunho marxista, ou não concordam ou não consideram como relevantes.

O caso das multinacionais e a atuação velada ou explícita dos Estados Unidos como patrocinadores ou apoiadores de golpes em função de seus interesses geoestratégicos ou de suas empresas seriam um dos exemplos⁷. Note-se, porém que agora temos novas modalidades de destituição do poder de governos normalmente eleitos segundo rituais democráticos.

Nessa toada Maria Regina Soares de Lima coloca a seguinte pergunta:

“Por que esta modalidade de golpe na região volta a se manifestar, ainda que com nova roupagem, mas com o mesmo objetivo de afastar lideranças políticas democraticamente eleitas pelo voto popular?

E como primeira resposta afirma que:

“**a ausência de uma potência extra-regional** em um contexto em que as mudanças em curso na América do Sul ainda não desalojaram do poder uma oligarquia predatória e um Estado patrimonial, cujo funcionamento pode ser ameaçado pela escolha eleitoral de um presidente comprometido com mudanças estruturais em seu país, mudanças que estariam se processando dentro dos parâmetros das instituições existentes. Aí exatamente reside o maior incentivo ao neo-golpismo (2012, p. 1).

É correto, como afirma a autora logo a seguir, que os EUA sobretudo a partir do 11 de setembro vem redefinindo suas estratégias e prioridades e por certo a América Latina talvez não esteja entre essas e que portanto isso tenha permitido uma “revolução nas estruturas anacrônicas de poder” com o afastamento da potência extra-regional. E ainda percebe na atitude estadunidense um esforço no sentido de delegar ao Brasil esse papel de “xerife” regional como forma de garantir a estabilidade na região⁸ (2012, p. 2). Contudo e como

⁷ Cf. Jesus Machado (2013).

⁸ A autora refere-se aqui às mudanças ocorridas com as eleições de Hugo Chaves, Evo Morales e Rafael Correia.

fica mais explícito no caso paraguaio – essa ausência não se verifica – o que nos lembra que o fato de frequentemente a América Latina não ser a “bola da vez” na política externa dos EUA, isso não significa que os mesmos descuidem de seus interesses na região.

Essa visão e perspectiva entra em conflito com a afirmação de Coggiola dentre outros que enxergam na situação paraguaia a participação explícita dos norte-americanos. Ou seja os americanos sempre estão presentes ou de algum modo são chamados a atuar ou cancelar a ações das elites dos países da região. E na verdade a presença norte-americana sempre se fez presente na história paraguaia. Geralmente apoiando governos autoritários como foi o caso da ditadura de Alfredo Stroessner através financiamentos para a área militar e treinamentos de seus oficiais⁹.

A questão dos militares após sua saída de cena na década de 1980, ainda é um tema importante de ser considerado na maioria dos países do Cone Sul. Fernando Lugo, por exemplo, em seu mandato enfrentou a tentativa de golpe, levando-o a substituir a cúpula militar de seu governo¹⁰ e muitas vezes utilizou-se do expediente que André Luiz Coelho chamou de “estratégia da alta rotatividade ministerial” que consistia na substituição ou demissão daqueles responsáveis por pastas ou áreas em crise, como forma de buscar arranjos e salvar ou esforço de reconstituição da base aliada (2012, p. 16).

Ainda no que se refere ao interior da coalizão, como dito uma frente cindida entre representantes de setores mais à esquerda e progressistas e aqueles nitidamente mais conservadores e afinados com os grupos mais tradicionais, o descontentamento de ambas as partes, vai se acentuando. Assim por exemplo o Partido Liberal Radical Autêntico em 2011 enseja o lançamento de uma candidatura própria para as eleições presidenciais de 2013. Isso leva a uma desastrosa contraposição da Frente Guasú através de uma campanha para a reeleição de Fernando Lugo; “iniciativa por el si” e isso implicaria em emenda constitucional, já que pelo artigo 229 é proibido o instituto da reeleição. Tal atitude leva a uma grande oposição e muito desgaste ao governo que desiste da ideia (Coelho, 2012, p. 16).

Até o momento apresentamos um conjunto de informações que ajudam a entender as particularidades do processo de destituição do governo Lugo, qual é o terreno, o caminho para se trilhar. Entretanto a esse emaranhado de fatores pode-se acrescentar atores e eventos que por certo devem ser levados em conta. Primeiramente já ficou claro e já se disse a respeito da fragilidade da coalizão responsável pela sua eleição, sustentação e em parte pelo seu desmoronamento. Nas palavras de Gabrieli Gaio (2012, p. 5) “tão diversificada quanto fragmentada” sendo que o PLRA, partido do vice-presidente lhe fará oposição em ambas as casas do legislativo.

Nesse processo há também um componente jurídico que demandou acaloradas discussões como de resto é comum nessas situações no que se refere às interpretações do texto constitucional nem sempre claro que tem brechas permitindo justificativas as mais diversas acerca da sua legitimidade. Frequentemente utilizada por grupos mais conservadores aqui e alhures em relação ao processo. E no caso guarani o respaldo jurídico deu-se em torno do artigo 225 da CF paraguaia, “o qual estabelece que o juízo político para cargos de Poder Executivo pode ocorrer mediante a constatação de que há “mal desempenho de funções”. Estabelecendo também a necessidade de maioria de dois terços dos votos de ambas as casas, onde a Câmara dos Deputados formaliza a acusação e encaminha ao Senado para que a corrobore. Aí chegando naturalmente tinha o grande apoio do Partido Colorado e também do PLRA (Gaio, 2012, p. 6).

A partir daí e segundo Gabrieli Gaio (2012, p. 7) tendo como razão o “mal desempenho de funções”, alegou-se cinco tópicos: 1) caso do Comando de Engenharia das Forças Armadas, onde em 2009 houve manifestação de um grupo de movimentos sociais em frente a esse Comando contra as “oligarquias” e acusação que fez foi a de que tal movimento fora de certo modo patrocinado e financiado pelo seu governo através da Binacional Yacyretá.2) o caso Ñacunday, acusou-se o governo de leniência para com os

⁹ Cf. Rolon, cap. 2- Política e poder no Paraguai (2011) entre outros.

¹⁰Os militares prontamente apoiaram a destituição do governo Lugo. Uma relação ao longo do seu mandato bastante conflituosa com muito descontentamento por parte da caserna. Desde a vontade da instalação de uma base militar norte-americana no país e um projeto de cooperação militar com os EUA frustrados por esse governo (Gaio, 2012, p. 6).

movimentos sociais ligados à luta pela terra diante das ocupações, não havendo punições especialmente no distrito de Ñacunday¹¹. 3) crescente insegurança, não atendimento às demandas da população nesse quesito de forma eficaz. Citou-se aqui também a “falta de vontade” de combater o Exército do Povo Paraguai (EPP)¹². Um grupo de guerrilheiros que receberia apoio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. 4) Protocolo de Ushuaia II, assinado pelo presidente Lugo foi considerado pela Câmara dos Deputados como um “atentado” à soberania do país, por conta da “cláusula democrática”. 5) conflito em Curuguaty, seguramente a razão mais famosa e conhecida do grande público. Tratou-se de violento conflito envolvendo as forças de segurança e os camponeses sem-terra – *carperos* – resultando na morte de dezessete pessoas entre policiais e camponeses. Em razão de reintegração de posse de uma propriedade tentada pela Polícia Nacional. Aqui responsabilizou-se o governo por sua negligência em relação aos conflitos agrários. Muito embora – conforme Gabrieli Gaio – o governo naquele momento além de ter afastado o Ministro do Interior, Carlos Filizzola e o Comandante da Polícia Nacional, Paulino Rojas prosseguia nas investigações sobre o caso com apoio de uma comissão enviada pela Organização dos Estados Americanos (OEA)¹³.

Essas questões acima assinaladas dão conta no entender de muitos críticos da fragilidade e subjetividade das acusações formalizadas com base no artigo 225 da Constituição federal paraguaia que serviu não a um debate consistente com direito amplo de defesa, mas à um rito sumário dando um prazo exíguo de apreciação e elaboração da defesa do réu. Incluindo-se aí a não apreciação por parte da Corte Suprema de Justiça de um pedido de inconstitucionalidade e mesmo de prorrogação do prazo para a preparação da defesa.

Considere-se também – atendo-se ainda às questões de natureza jurídica e suas inconsistências – segundo André Luiz Coelho que:

Coincidentemente, no mesmo dia em que o processo de juízo político contra Lugo foi iniciado, o senador Hugo Esteban Estigarribia Gutiérrez (Partido Colorado) apresentou o projeto de resolução de número 5536 que “regulamenta o procedimento para o juízo político na honorável Câmara dos legisladores da Nação”, sendo aprovado imediatamente na mesma sessão em que foi apresentado. O referido projeto estabeleceu as bases e o rito para o julgamento de Lugo, que ocorreu em seguida (2012, p. 20).

O autor supramencionado lembra ainda que tramita no mesmo Parlamento um projeto de número 5503 do deputado Victor Alcides Bogado que propunha em 31 de maio o juízo político contra os ministros da Corte Suprema que estão sendo processados (mas não julgados) pelo Parlamento paraguaio e que até aquele momento não se tinha dado prosseguimento.

De qualquer modo feita essa pequena discussão a respeito das querelas jurídicas, o fato é que não se pode, não se deve apegar-se demasiadamente ao aspecto estritamente jurisdicional sob pena de se perder de vista a questão e a dimensão política que nos remete à um aspecto mais central na discussão que seria dos interesses tanto de natureza política quanto econômica dos grupos de pressão ou das forças políticas propriamente ditas. Uma vez que o direito positivado é resultado das forças e dos grupos de poder em conflito.

Assim outros autores trazem à baila para além do que já foi dito, os próprios partidos políticos mais tradicionais como PLRA e especialmente o Partido Colorado que se afinam com os interesses oligárquicos ao

¹¹ Atente-se para o fato de que no Brasil, o último governo Lula da Silva e o atual de Dilma Rousseff, sofreram as mesmas acusações em relação aos movimentos sociais que lutam pela terra. E na prática esses governos pouco avançaram nessa questão.

¹² Esse grupo é uma incógnita, pois, não se sabe ou se sabe pouco a respeito de sua real existência e atuação. Osvaldo Coggiola por exemplo, refere-se a esse grupo como “fantasmagórico” (2012, p. 4).

¹³ O que de nada adiantou. E na verdade apenas demonstrou o que destacamos anteriormente conforme André Luiz Coelho, ou seja a tentativa do governo Lugo em apagar incêndio na medida dos acontecimentos.

longo de sua história e que não saíram de cena e dispõem de forte aparato, estrutura econômica e contam com apoio popular.

Há também e ligados a questão agrária uma poderosa estrutura latifundiária que concentra cerca de 85% das terras o que significa estar em mãos de cerca de 2% dos proprietários. Aqui há um contingente de produtores ligados à soja especialmente um grupo muito poderoso que são os “brasiguaios” com forte presença naquele país¹⁴ (Coggiola, 2012).

Para além do já exposto fica claro também e é necessário referir-se em função das questões geopolíticas que, algumas das reivindicações internas esbarram em complexas e difíceis negociações com Argentina e Brasil, principalmente com este último. Talvez resida nesse fato, de forma mais clara, a mútua relação e influência entre política interna e suas demandas, e a política externa, impondo certos limites. O Paraguai, além de sua necessária diversificação na pauta de exportação e relacionamento externo, deve buscar maior independência com relação aos dois parceiros mais poderosos do Mercosul, especialmente com o Brasil. Fazer boas negociações e fazer valer suas reivindicações a respeito das binacionais (Itaipu, Yacyretá) contribuem para a consecução de políticas internas de desenvolvimento econômico e social, de maneira a atender aos reclames por melhores condições de vida de sua população.

3. O retorno do Partido Colorado ao poder

A democracia paraguaia sofreu um duro golpe com a destituição do presidente Fernando Lugo principalmente na forma de um rito sumário, à “toque de caixa” através de um impeachment. Muitos significados tem esse grave revés. De pronto podemos pensar a respeito de sua frágil democracia. O impacto na política interna é de grande monta, tratava-se de um governo eleito segundo preceitos democráticos modernos, encabeçando uma coalizão extremamente heterogênea, porém de características mais progressistas, que lograram por termo a hegemonia do Partido Colorado que perdurou por aproximadamente seis décadas. Isto significa todo o período da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) mais os primeiros governos do período de transição nos anos de 1990 e começo dos anos 2000.

E como já visto, a vitória nas urnas não significou, não se traduziu em força política no parlamento. Câmara e Senado ficaram sob o domínio das forças políticas do passado, particularmente da Associação Nacional Republicana (Partido Colorado), o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e a União Nacional de Cidadãos Éticos (UNACE) – fundada em 2002 por Lino Oviedo – que constituem o “núcleo duro” no controle do legislativo. E demonstraram que seguem firmes e fortes com capacidade e poder de impor sua vontade política, inclusive de tirar um presidente¹⁵.

Fernando Lugo não pertence às elites políticas ou econômicas do país, vem das hostes da Igreja Católica, diga-se, quase que um dissidente numa instituição conservadora e tradicional. Nesse episódio, por exemplo, a igreja pediu que o presidente renunciasse ao invés de posicionar-se contra o rito sumário, ou mesmo aguardar pelo desenrolar do processo.

Os conflitos e o trágico desfecho do dia 15/06/12 com a morte de 17 pessoas (entre policiais e trabalhadores sem terra) foi apenas uma ponta do Iceberg de um dos grandes problemas do país que é a questão da terra. O problema da concentração da terra – que comentamos nas páginas anteriores – sua má

¹⁴ Dentre esses há o caso de um dos grandes produtores de soja – Tranquilo Fávero – brasileiro, “o rei da soja” possuidor de mais de 100 mil hectares de terra e cerca de 40 mil cabeças de gado em 13 dos 17 departamentos do Paraguai. Além disso o Paraguai atualmente é o quarto produtor mundial de soja e o nono de carne. (Coggiola, 2012). Outros autores como Jesus Machado (2013) lembram que há “outro grande grupo é a elite oligárquica, majoritariamente proprietária de terras e de gado. Entre elas, há militares, empresários e altos membros dos partidos, especialmente do Colorado, que possuem fortes vínculos com as empresas transnacionais do agronegócio. A isso deve-se acrescentar os grupos empresariais e industriais vinculados à terra”

¹⁵ Em 22 de junho de 2012, Fernando Lugo foi destituído do poder pelo congresso paraguaio. O processo foi aberto pela Câmara dos Deputados com 76 votos a favor do afastamento e um voto contra. O Senado confirmou a acusação com 39 votos a favor e apenas 4 votos contrários à cassação. Nesse mesmo dia o vice-presidente Federico Franco (PLRA) assume a presidência da república Cf. (Gaio, 2012, p. 4). Observe-se que foi seguido todo o processo previsto em lei, exceto o prazo exíguo para a defesa.

distribuição é uma das péssimas heranças da ditadura de Alfredo Stroessner cujo poder estruturava-se no tripé: Partido Colorado, governante e Forças Armadas. Esse grupo lidava com as questões do Estado como se fora seu patrimônio

O Paraguai ainda é um país marcadamente rural, com gravíssimos problemas sociais, muitas carências nos aspectos mais elementares, basta dizer que detém os piores índices sociais entre os membros do Mercosul, no que se refere à saúde, transporte e educação entre outros.

As demandas sociais passam pela questão da terra, mas não terminam aí. Há o problema da participação política, da possibilidade da existência de uma oposição com força e presença, modernização de sua economia e reforma do Estado.

Poder-se-ia pensar que as elites paraguaias mais conservadoras inovaram na forma de derrubar um governo legítimo, utilizando-se de um artifício próprio e típicos da democracia, o impeachment, como o que ocorreu no Brasil com Fernando Collor de Melo. Com o diferencial de ter sido um rito com a ampla possibilidade de defesa do governante, o que implicou num processo de vários meses¹⁶.

Como consequência imediata a oposição ficou no poder com Federico Franco, o vice-presidente à época (do Partido Liberal) assumindo o poder até as eleições gerais em abril de 2013, na qual elegeu-se Horácio Cartes do Partido Colorado¹⁷. Esse partido se viabiliza para retornar ao poder. Nesse cenário, as perspectivas, portanto, para o crescimento e desenvolvimento da cidadania, da participação política e florescimento da democracia ficam comprometidas. Pois, já se conhece o perfil e comportamento dessa representação oligárquica que exerceu perseguição política no passado, apoderou-se do Estado e contribuiu para a péssima imagem do país no exterior, motivo de piadas e chacotas.

Considerações finais

Para finalizar devemos levar em conta o seguinte: as razões da queda do presidente Fernando Lugo são inúmeras e variadas. Tem naturalmente a participação e articulação de suas elites internas ligadas aos partidos tradicionais, grandes empresários do agronegócio e também apoio e influência estrangeira como é o caso das multinacionais e dos EUA. Além disso ficou demonstrado a utilização de mecanismos jurídicos como forma de justificar e legitimar a ação. São formas mais contemporâneas de golpes que não se trata de uma novidade, pois algo semelhante já ocorrera em outros países.

Deve-se levar em conta também a falta de enraizamento social do governo Lugo (embora tenha vindo dos meios não tradicionais ou das elites) não foi capaz de atender as principais demandas da sociedade mais pobre e excluída. Portanto não teve lastro na sociedade mais profunda e carente dos recursos básicos de uma existência digna.

Resta discutirmos brevemente o impacto desse impeachment relâmpago na região. O Paraguai faz parte do Mercosul, tinha naquele momento a presidência Pró-tempore da Unasul, e em ambas as organizações existe a cláusula democrática, ou seja, a estabilidade política a manutenção dos princípios democráticos são um compromisso internacional. E justamente o Mercosul teria sido um fator exógeno – por vias tortas – de influência na democracia paraguaia.

Duro golpe também para a região que, de certo modo, viu-se impotente diante dessa situação, trata-se de um revés levando-se em conta o avanço da democracia nessas paragens. O Paraguai chegou depois a esse processo iniciado em meados dos anos de 1980 na maioria dos países do Cone Sul. E foi também quem mais rapidamente colocou em xeque essas conquistas.

¹⁶ Na verdade desde 1989 verifica-se a queda de governantes antes do previsto e que são substituídos por outros presidentes civis, por exemplo: Brasil 1992, Venezuela 1993, República Dominicana 1996, Honduras em 2009 etc. (Coelho, 2012, p. 12)

¹⁷ A respeito de Horácio Cartes muito já se disse. Em primeiro lugar é um empresário bem sucedido na área do tabaco, um colorado de última hora, sem tradição nos meios políticos. Por outro lado, trata-se de uma figura muito controversa com manifestações homofóbicas, acusações de associação com o narcotráfico e lavagem de dinheiro.

É certo que nem tudo está perdido, o povo paraguaio tem dado mostras de sua capacidade de luta, resistência e superação. Sobreviveu a Grande Guerra contra a Tríplice Aliança, a ditadura Stroessner e provavelmente encontrará forças para superar mais um golpe perpetrado por suas elites retrógradas. É o desejo de todos nós, estudiosos, admiradores e desejosos de seu desenvolvimento e amadurecimento democrático.

Referências bibliográficas

ABENDE BRUN, Diego. (coord.) Paraguayan Transición. Editorial Nueva Sociedad, Venezuela, 1993.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000

BONNIS, Gabriel. Expulsão do Mercosul traria grande impacto ao Paraguai. Carta Capital Internacional – 14/02/2013

COELHO, André Luiz. A queda de Lugo e a instabilidade política paraguaia. Dossiê Paraguai, Observador On-Line (v.7, n.06, jun. 2012). Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_06_2012.pdf. Acesso em 27/06/2013

COGGIOLA, Osvaldo. O golpe no Paraguai e o Mercosul. Depto de História – USP, 2012

FERNANDES, Fernando R.. Movimentos de apoio a Lugo juntam-se à coalizão opositora. Sopa Paraguaia, notícias da fronteira Brasil/Paraguai. Disponível em: <http://sopabrasiguiaia.blogspot.com.br/2007/01/movimentos-de-apoio-lugo-juntam-se.html>. Acesso em: 12/01/2007

GAIO, Gabrieli. A destituição de Lugo: atores e eventos. Dossiê Paraguai, Observador On-Line (v.7, n.06, jun. 2012). Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_06_2012.pdf. Acesso em 27/06/2013

GRIMALDI, Idilio Méndez. Monsanto e os acontecimentos no Paraguai: Os mortos de Curuguaty e o julgamento político de Lugo. Carta Maior, 23-06-2012.

LIMA, Maria Regina Soares de. Precedente perigoso. Dossiê Paraguai, Observador On-Line (v.7, n.06, jun. 2012). Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_06_2012.pdf. Acesso em 27/06/2013

MACHADO, Jesús. Paraguai: um retrocesso no processo democrático. Entrevista concedida a IHU online, 06.02.2013

ROLON, José Aparecido. Paraguai: transição democrática e política externa. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011. Série PROLAM- Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (USP).

SILVA, Mayra Goulart da. Transição, Estabilidade e alternância: as eleições de 2008 enquanto possível marco da consolidação do regime democrático no Paraguai. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>. Acesso em: 20.05.2008

VIANA, Natalia. Paraguai: os Estados Unidos e o impeachment. Disponível em: <http://www.apublica.org/2013/02/paraguai-os-eua-impeachment/>. Acesso em 04.02.2013